

A Produção Agrícola do Brasil em 1957 *

A apresentação dos dados de produção agrícola para o ano de 1957 reveste-se de característica nova relativamente às anteriores, uma vez que os mesmos são dados a conhecer segundo as zonas fisiográficas do país e não atendendo ao total do estado, como vinha sendo feito. Tal atitude representa um meio termo entre o conhecimento puro e simples do total agrícola estadual e o da produção municipal, expresso na publicação que recebia o nome de *Produção Agrícola*.

Em vista do grande retalhamento da rede municipal brasileira — causado por fatores que não cabe aqui analisar — prejudicando a comparabilidade da produção em certas áreas, a utilização das zonas fisiográficas para este fim foi a mais prática solução que se encontrou. Levando-se em conta que as zonas representam, dentro de uma região geográfica, conjuntos de municípios que se assemelham sob o ponto de vista humano e econômico, a subdivisão de um município não implica, necessariamente, na sua integração em outra zona, sendo possível, assim, acompanhar-se a evolução econômica de uma área qualquer de um estado da Federação sem a preocupação das constantes subdivisões municipais. Tome-se como exemplo o “Norte do Paraná”, zona de passagem do Brasil tropical para o subtropical, de solos férteis e crescimento de população dos mais intensos do país; a produção agrícola desta zona, que se caracteriza pela presença do café, do algodão, dos cereais e da cana-de-açúcar, poderá ser estudada e comparada através de décadas, mesmo com outras áreas do estado de evolução econômica diferente, não interferindo nesses estudos e comparações o desmembramento municipal.

Uma vez que a divisão do país em regiões naturais — Grandes Regiões, Regiões e Subregiões (considerados os fatores de ordem física) e Zonas Fisiográficas — onde os aspectos humanos e econômicos são os mais significativos — foi aprovada por resolução da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, somente nova divisão, baseada em estudos e pesquisas mais recentes, poderá alterar o atual quadro das Zonas Fisiográficas. De então até lá, permanecerá o apresentado nesta publicação.

A AGRICULTURA NO BRASIL

O simples folhear destas páginas demonstra que em tôdas as regiões do país a atividade agrícola se manifesta, expressando-se na produção dos mais variados cultivos, desde os conhecidos dos indígenas até os mais recentemente introduzidos; desde os tropicais, como a cana-de-açúcar, o algodão, o café, o cacau até aqueles de clima temperado, tais como a aveia, o trigo, a cevada ou o centeio que prosperam no Brasil subtropical. Alguns deles têm importância na balança econômica do país, como o café e o cacau; outros, sustentam a indústria têxtil e alimentar do país (algodão e cana-de-açúcar), enquanto que outros ainda (milho, feijão e mandioca) funcionam como os elementos básicos de alimentação de grande parte da população rural, sendo produzidos com raras exceções, como culturas de subsistência.

Dentre os produtos citados, alguns, como o milho, a aveia ou a cevada, constituem em certas áreas importantes elementos relacionados com a atividade pastoril; estados brasileiros que se destacam no campo da pecuária são, grandes produtores de milho, como é o caso do Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, destacando-se também os três últimos como produtores de aveia, cevada e centeio, cereais que, muito embora utilizados pelo homem, fornecem suprimentos à dieta animal.

A diversidade da produção agrícola no país evidencia, levando-se em conta sua vasta área, grande variedade de climas e solos nêle encontrados, além de influências étnicas várias. Entretanto, apesar dos 2 064 642 estabelecimentos

* Notas redigidas para o Serviço de Estatística da Produção. — IBGE, por Eloisa de Carvalho e Hilda da Silva, com a colaboração de Maria Conceição Vicente de Carvalho, Ruth Mattos A. Simões, Ariadne Souto Mayor, Marilda P. Ribeiro e Mauricio M. Corvisier.

rurais recenseados em 1950¹, 1 239 457, dedicarem-se à agricultura, ocupando uma área de 44 729 929 ha², os sistemas de cultivo da terra utilizados entre nós são os mais rudimentares possível. A agricultura e a pecuária são praticadas de maneira estanque, não se encontrando, a não ser em raras exceções, uma associação entre essas duas atividades: a força animal e os adubos azotados de base orgânica são raramente empregados. Associações desse tipo encontram-se, entretanto, em certas áreas de colonização européia do Brasil, onde holandeses estabelecidos no município de Castro (Colônia de Carambei) se dedicam à cultura de cereais (aveia, cevada e centeio) à base de adubo animal, cujo fim é a alimentação do rebanho bovino para a produção de leite e derivados.

De modo geral, a agricultura que se faz no Brasil caracteriza-se como uma agricultura em terras de mata pelo sistema de roça, utilizando como adubo as cinzas fornecidas pela queimada. Assim é que as reservas florestais vão desaparecendo em prol de novas áreas ganhas pela agricultura que nelas permanece por um prazo máximo de três a cinco anos abandonando-as depois em capoeira ou pasto.



Fig. 1 — Derrubada de capoeira, em São Roque, estado de São Paulo, para obtenção de lenha. Notar no primeiro plano, a lenha acumulada, à espera do transporte que a levará ao local de consumo. Este aspecto é bastante comum em todo o interior do país, pois, a queima da lenha ainda é o processo mais comum de combustão no Brasil.

(Foto Tibor Jablonsky — CNG)

Os instrumentos agrícolas empregados são os mais rudimentares, sendo o arado praticamente desconhecido da grande maioria dos lavradores. Quanto aos adubos, são também de uso limitado. Esse tipo de agricultura, generalizado no país é possível em vista da fraca densidade de população do sistema da grande propriedade territorial, herança das sesmarias e que permite a utilização de novas áreas de terra virgem uma vez esgotada a fertilidade das anteriormente ocupadas. Neste sistema de cultura (rotação de terras) é feita a grande maioria da atividade agrícola brasileira, produzindo-se assim até mesmo o trigo e o arroz no sul do país.

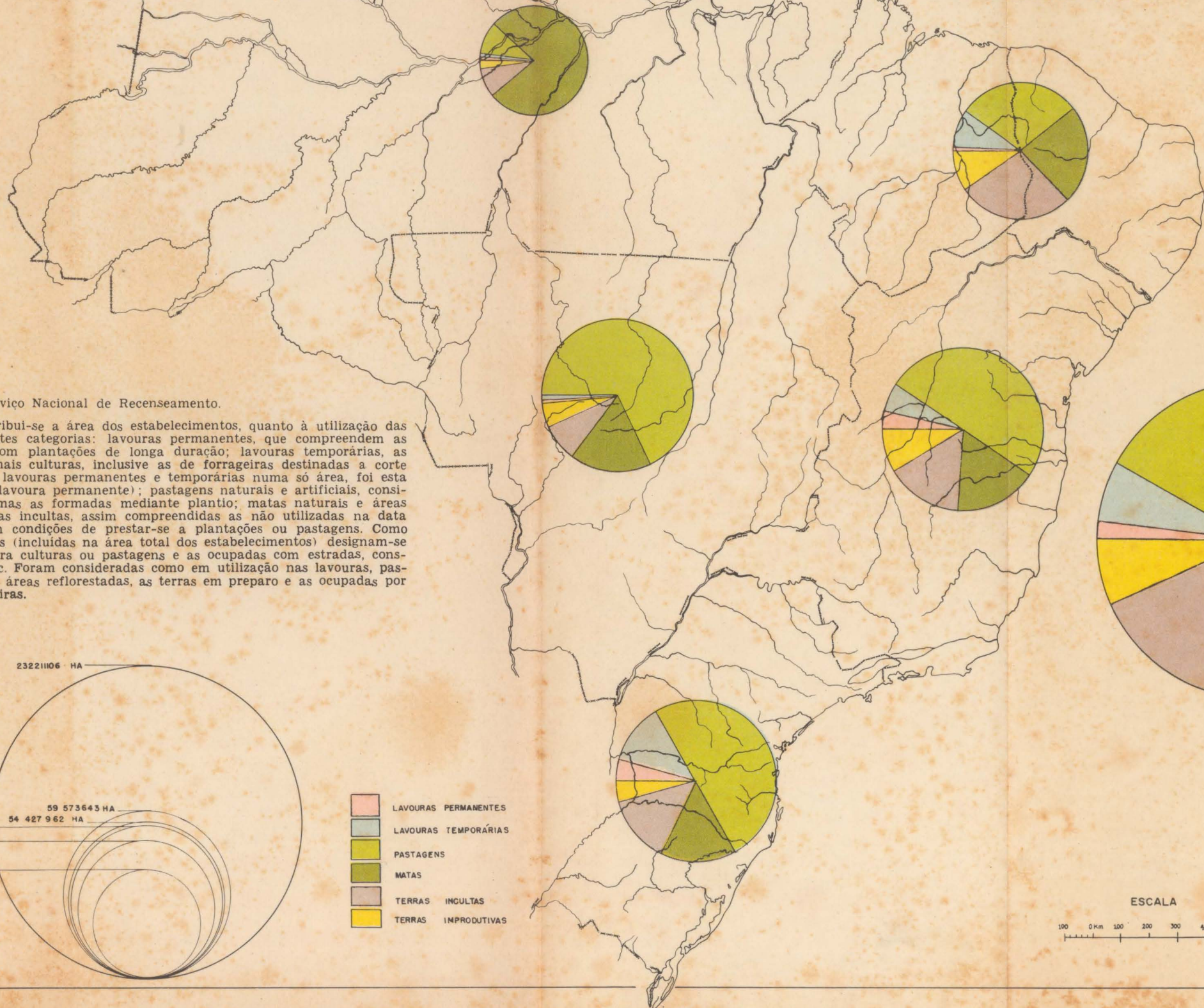
Processos agrícolas mais adiantados, que empregam o adubo, químico ou orgânico, ou realizam a alternância das culturas que retiram e legam ao solo elementos nutritivos diferentes — rotação de culturas — raramente são empre-

¹ Brasil, Censo Agrícola VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950.

² Os agro-pecuários são em número de 598 704, cobrindo uma área de 84 588 106 h.

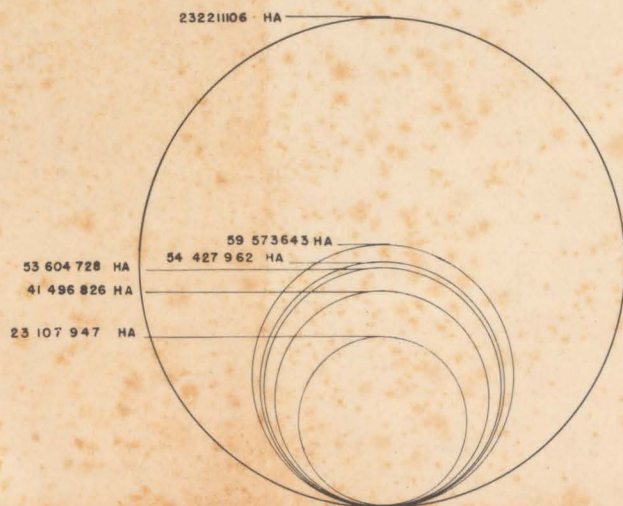
UTILIZAÇÃO DA TERRA NAS DIFERENTES REGIÕES

(CENSO AGRÍCOLA - 1950)

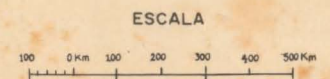


FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

NOTA — Distribui-se a área dos estabelecimentos, quanto à utilização das terras, nas seguintes categorias: lavouras permanentes, que compreendem as terras ocupadas com plantações de longa duração; lavouras temporárias, as ocupadas com demais culturas, inclusive as de forrageiras destinadas a corte (na ocorrência de lavouras permanentes e temporárias numa só área, foi esta classificada como lavoura permanente); pastagens naturais e artificiais, consideradas estas últimas as formadas mediante plantio; matas naturais e áreas reflorestadas; terras incultas, assim compreendidas as não utilizadas na data do Censo, mas em condições de prestar-se a plantações ou pastagens. Como terras improdutivas (incluídas na área total dos estabelecimentos) designam-se as impróprias para culturas ou pastagens e as ocupadas com estradas, construções, açudes, etc. Foram consideradas como em utilização nas lavouras, pastagens artificiais e áreas reflorestadas, as terras em preparo e as ocupadas por viveiros e sementeiras.



- LAVOURAS PERMANENTES
- LAVOURAS TEMPORÁRIAS
- PASTAGENS
- MATAS
- TERRAS INCULTAS
- TERRAS IMPRODUTIVAS



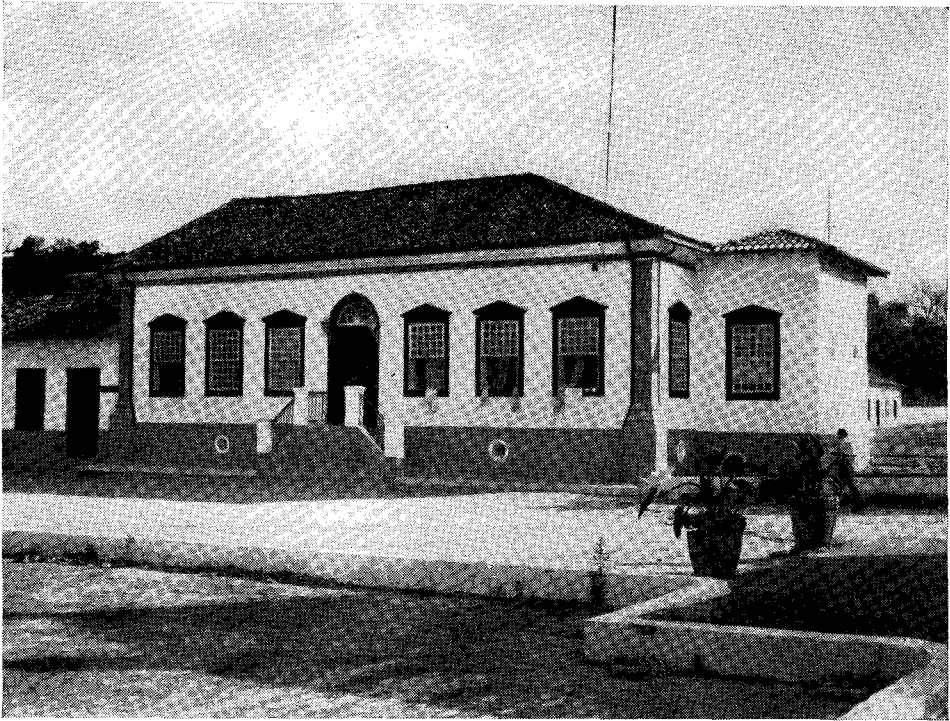


Fig. 3 — A “casa grande” de uma fazenda mineira, do município de Cataguases. A propriedade foi reformada, mas conserva as janelas de guilhotina, as telhas-canal, etc.

(Foto Tibor Jablonsky — CNG)



Fig. 4 — Pequenas propriedades delimitadas por cercas de avelós, junto à serra de Ororobá, em Pernambuco. Trata-se de uma zona mais úmida, devido à presença da serra e este fato explica o retalhamento das propriedades nessa área relativamente exígua.

(Foto Tibor Jablonsky — CNG)

gados, mas aparecem no Brasil subtropical, nas áreas onde domina a colonização européia em pequenas propriedades. A utilização de leguminosas, entre as quais a soja, o amendoim e o feijão de porco, já se vem fazendo como um meio de devolver azoto ao solo e recuperar as terras cansadas, na encosta do planalto e no oeste rio-grandense.

Quanto à adubação química, em vista do seu preço oneroso, raramente é empregada, a não ser em produtos cultivados em escala comercial como é o caso do algodão no oeste paulista.

As formas de exploração da terra são variadas, indo desde a realizada pelo proprietário até o arrendamento. No primeiro caso a terra é cultivada pelo dono e sua família, nela trabalhando agregados ou camaradas. As relações entre o agregado e o proprietário não são muito claras; o agregado tem direito de trabalhar a terra onde vive gratuitamente, dedicando, em troca, alguns dias de trabalho remunerado ao fazendeiro. Quanto ao "camarada", é o trabalhador assalariado, diarista ou mensalista que vive ou não na fazenda; o assalariado distingue-se como o tipo de trabalhador rural mais corrente no Brasil.

Mais importante na agricultura que na pecuária, o arrendamento é o sistema de exploração da terra segundo o qual o arrendatário realiza, mediante contrato anual, em dinheiro ou em espécie o trabalho agrícola e é livre de administrar sua área de cultivo. Pelo emprego de técnicas de trabalho mais avançadas, o arrendamento, utilizado no Brasil em lavouras comercialmente importantes (algodão no oeste paulista, arroz no Rio Grande do Sul, legumes e arroz no médio Paraiba), reduz o preço de produção, melhorando, também, as características finais da lavoura.

Como transição entre o assalariado e o arrendatário há ainda um tipo de trabalhador rural, o meeiro. Na meação as partes contratantes — fazendeiro e empregado — têm fixado o quinhão de cada uma, devendo o parceiro fornecer uma terça parte ou metade da produção ao dono da terra em que trabalha.

A PRODUÇÃO

A apresentação dos dados de produção vegetal é expressa segundo "culturas permanentes", a de plantas capazes de proporcionar colheitas por vários anos

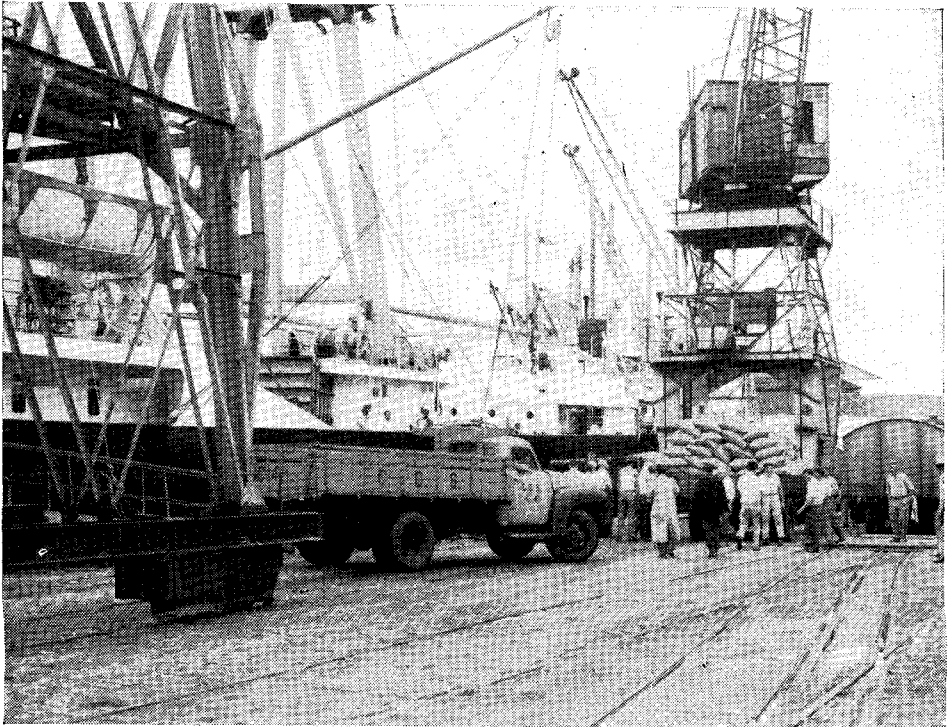


Fig. 5 — A maior parte do café do Brasil é exportado para o exterior através do porto de Santos. O carregamento que se vê na fotografia se destina à Dinamarca, antigo comprador de café brasileiro.

(Foto Tibor Jablonsky — CNG)

e “culturas temporárias”, produzidas em cultivos simples ou associados. As culturas permanentes englobam plantas industriais e as frutas; dentre as culturas temporárias destacam-se os cereais, as leguminosas alimentícias, tubérculos e raízes, encontrando-se, também, nesta categoria, as plantas industriais.

Sobre a rubrica “outras culturas”, nas duas categorias, estão agrupadas as que não se enquadram em nenhum dos grupos mencionados.

Dentre os produtos assinalados o de maior área cultivada no país é, sem dúvida, o milho, que ocupou, em 1957, 6 095 085 ha de terras.

Coube ao café o mais elevado valor na produção agrícola nacional, mais de 47 bilhões de cruzeiros — correspondentes à produção de 1 409 304 toneladas da rubiácea. Maiores pormenores relativos a este assunto podem ser observados no quadro abaixo, baseado em dados do Serviço de Estatística da Produção.

	Milho	Arroz	Café	Cacau
Valor Cr\$ 1 000.....	124 037 459	26 199 890	47 007 042	3 497 299
Área (ha).....	6 095 085	2 525 167	3 672 325	386 676
Produção (t).....	7 763 439	4 150 951	1 409 304	164 556

A castanha européia foi, dos produtos agrícolas relacionados, aquê e cuja produção alcançou menor valor: Cr\$ 1 877 00,00. Do total da produção (126 t) metade — 60 t — foi colhida na zona do Alto da Serra, no estado do Rio de Janeiro, dividindo-se o restante entre as altitudes mineiras, paulistas, paranaenses e gaúchas.

Dos vários elementos constantes na presente produção agrícola, alguns são exportados, contribuindo grandemente para o equilíbrio das finanças nacionais; o primeiro lugar cabe ao café, Cr\$ 30 991 116,000,00 em 1957, seguido do cacau em amêndoas e em pasta, Cr\$ 3 068 462 000,00 naquele mesmo ano.

No capítulo das frutas, o primeiro lugar é ocupado pela banana, cuja exportação rendeu em 1957, Cr\$ 7 601 115 000,00.

A apresentação da produção agrícola nacional feita a seguir, levará em conta a significação econômica de cada produto dentro das classes gerais correspondentes às culturas permanentes e temporárias.

CULTURAS PERMANENTES

Acham-se aqui incluídas culturas que ocupam o solo por anos seguidos, onde foram agrupadas as plantas industriais, frutas e outras culturas.

PLANTAS INDUSTRIAIS

Nesta categoria encontram-se as utilizadas na alimentação — café, cacau, chá, uva e azeitona — transformadas ou não, e outras empregadas em indústrias especializadas, como o sisal e o tungue. O cacau foi, dentre essas culturas, a única encontrada pelo colonizador português, distinguindo-se as outras como plantas alienígenas; algumas delas foram aqui introduzidas no século passado, outras no atual e, encontrando ambiente propício ao seu desenvolvimento nas diferentes regiões do país, caracterizam-nas, hoje, nitidamente: o cacau, o Leste, o sisal, o Nordeste e as demais o Brasil subtropical.

Além disso, enquanto os produtos de algumas dessas “plantas industriais” são exportados, como o café, o cacau e a uva, transformada em vinho, outras, como o tungue, são consumidas no mercado interno achando-se a cultura da oliveira ainda em fase de experimentação.

C A F É

Há mais de um século, constitui o café (*Coffea arabica* L.) a principal riqueza econômica do Brasil e, desde sua introdução no país vem influenciando de maneira notável não só a sua economia como também sua política e sociedade. De 1830 em diante foi o principal produto comercial do Brasil, vindo a substituir a cana-de-açúcar no papel relevante que desempenhava na economia nacional.

O café entrou no Brasil, pelo norte, talvez através da Guiana Francesa. Foi cultivado nas vizinhanças do Rio de Janeiro e, principalmente, nos maciços cristalinos da baía de Guanabara, daí caminhou em direção a Minas Gerais e Espírito Santo, estendeu-se pelo vale do Paraíba, fluminense e paulista, até chegar à região onde encontraria seu verdadeiro *habitat*. Realmente, ao ultrapassar o vale do Paraíba, tomou conta de largas extensões de terras da depressão periférica e dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira; a cidade de Campinas posteriormente liderara a produção cafeeira de toda esta zona. O café atingia, por fim, as áreas de condições físicas, clima, solo e topografia excelentes para o seu desenvolvimento e ao alcançar o Planalto Ocidental, trouxe às zonas de Ribeirão Preto e Jaú a dianteira da produção, o que se verificou até a crise de 1929. Nos fins do século XIX são, portanto, atingidas, manchas de terra roxa, legítima, oriundas da decomposição das rochas diabásicas e dos basaltos.

Com a expansão paulista foram-se construindo os meios necessários para que o café atingisse seu principal pôrto exportador — Santos. As chamadas estradas de ferro do café — a Mojiana e a Paulista, abriram novas áreas para o incremento desta cultura. Na segunda metade do século XX a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil norteia o avanço da marcha cafeeira para novas áreas, desta feita, em solos nada ricos, formados pelos arenitos Bauru e Botucatu. O oeste paulista propriamente dito foi, então, atingido, sendo imediatamente ocupado pela lavoura cafeeira que se situara de preferência nos espigões, é esta a dos onde o arenito Bauru Superior dava melhores terras. Atualmente, é esta a região de maior produção do estado de São Paulo, sendo que a zona de Marília contribui com 114 436 t, em 237 887 ha cultivados. Para o estado, as cifras acusam 602 879 t e 1 593 226 ha cultivados, continuando São Paulo a liderar a produção nacional¹.

É interessante notar que velhas zonas cafeeiras estão vendo, hoje, o retorno das plantações de café às suas terras. É o caso, por exemplo, de Ribeirão Preto que após a crise do café, entre 1929 e 1945, tornou-se importante centro açucareiro, depois centro de comércio de gado, e, agora, vê renascer a cultura cafeeira outrora base de toda sua atividade econômica.

Tal fato vem também acontecendo, embora em menor escala, nas vizinhanças de Campinas e na região do médio vale do Paraíba.

Em sua corrida para as novas áreas, os cafeeis do oeste paulista multiplicaram-se extravasando para o norte do Paraná. Na segunda metade do século XIX a frente pioneira atingia, assim, o rio das Cinzas, prosseguindo mais tarde, em direção ao planalto arenito-basáltico; a penetração foi feita através dos cafeeicultores paulistas que tinham a cidade de Ourinhos como ponto de partida, mas, sua ocupação intensiva ocorreu com a fundação da Companhia de Terras Norte do Paraná, que promoveu a colonização de toda aquela extensa área. Londrina, fundada para sede da Companhia, desenvolver-se-ia a tal ponto, que é hoje a principal cidade do norte paranaense.

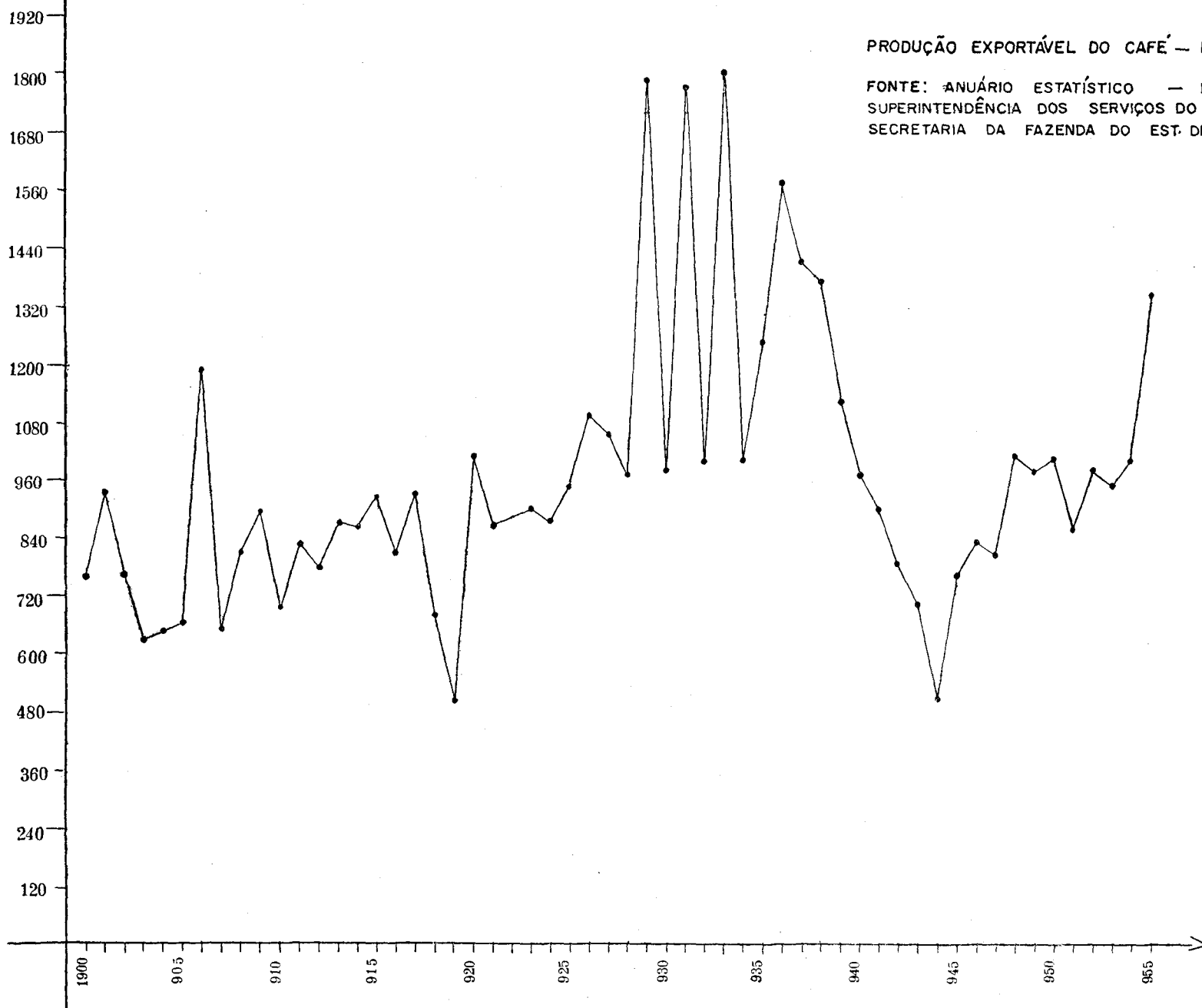
O café é cultivado nas terras mais elevadas, aproveitando-se dos espigões, a fim de fugir das geadas, enquanto os vales e as depressões são utilizados para pastos e outras culturas. O norte do Paraná contribui com uma produção de 210 878 t, estando muito distanciado da segunda zona produtora do estado, que é a do oeste, com 48 206 t. Tudo isto vem ressaltar a enorme importância de que se revestem as culturas cafeeiras na região.

Minas Gerais e Espírito Santo são, também, produtores de café relativamente importantes, embora em muitas áreas a decadência dessa cultura já se faça sentir. Em Minas Gerais, as duas principais zonas produtoras são a da Mata, com 91517 t e a do sul de Minas, com 77 705 t. No entanto, a lavoura cafeeira é bastante difundida no estado, sendo feita em geral, em pequenas propriedades. Quanto às lavouras decadentes vão sendo substituídas pela pecuária.

No Espírito Santo o declínio das culturas é explicado pelos métodos agrícolas empregados, e pela situação das culturas em grandes declives o que vem contribuir para a erosão do solo, prejudicando deste modo a referida lavoura. Grande parte da produção encontra-se nas zonas Serrana do Sul (48 774 t) e Baixo Rio Doce (37 274 t), tendo sido a produção total do estado de cerca de 130 309 t.

O café é, ainda, cultivado em outros estados do Brasil, porém, em escala bem menor do que nos acima citados. Continua ele a ser o nosso principal produto de exportação, 14 319 199 t, em 1957. O pôrto de Santos lidera, a exportação (com 8 170 655 t), sendo o melhor comprador os Estados Unidos, para onde foram enviadas cerca de 8 639 792 t naquele ano.

MILHARES DE TONELADAS



PRODUÇÃO EXPORTÁVEL DO CAFÉ — 1900/55

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO — 1954/56
 SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DO CAFÉ
 SECRETARIA DA FAZENDA DO EST. DE S. PAULO

Fig. 6 — A importância do café na balança exportadora do país começa a se fazer sentir no princípio do século XIX, quando a rubiácea representava 16,3% das exportações; em meados do século, 1851-1852, correspondiam elas a 49,5% e, em 1889, a 66,5%, atingindo, em 1910, a porcentagem de 56,9%, a partir de quando, só ocasionalmente baixou a 50%. O valor dessa exportação em 1956 foi de 37 710,37 mil cruzeiros, correspondendo a 63,40% do total.

O presente gráfico refere-se ao café exportável brasileiro, que é o destinado aos portos, sendo ou não exportado; deve-se levar em conta, aqui, a importância da produção paulista, uma vez que Santos é o primeiro porto brasileiro quanto à exportação cafeeira. Os numerosos altos e baixos expressos no gráfico em questão correspondem aos anos de fraca e de elevada produção; uma baixa notável (1903) antecede a elevada produção de 1906 (mais de 1 200 milhares de toneladas), seguida de uma queda no ano seguinte. A produção manteve-se relativamente equilibrada até 1927 (com exceção do ano de 1919); de então até 1935 tem oscilado entre 1 000 e 1 800 milhares de toneladas. A produção vem posteriormente decaindo, atingindo mais baixa cota em 1944 — cerca de 500 000 toneladas, como em 1919 — as mais baixas verificadas desde 1900 até os dias atuais. Desde então as safras vêm subindo, tendo ultrapassado em 1955 um milhão de toneladas.

O aumento da produção de café no país tem-se caracterizado pela marcha do café no estado de São Paulo e norte paranaense onde têm sido ocupadas as áreas de terra roxa, as mais propícias ao cultivo da rubiácea. A superprodução, que corresponde no gráfico de café exportável aos pontos mais elevados, surge sempre que novas lavouras perenes entram em produção e encontram condições climáticas muito favoráveis; foi o que se passou em 1906, quando se realizou

o primeiro convênio de produtores em Taubaté, estado de São Paulo, tratando-se, então, de um plano de valorização do produto.

As produções muito baixas correspondem a anos críticos, em que houve incidência de geadas, prejudicando grandemente os cafeeiros paulistas e norte paranaenses ou aqueles em que se fizeram sentir medidas governamentais tendentes a regulamentar a política do café, entre os quais a "cota de sacrifício" (1931-44), a proibição do plantio (1906-1931) ou a fixação do preço do produto. Os baixos preços impostos ao café foram também medidas que redundaram em fraca produção. Os baixos preços impostos dos grãos de café, a "derrida", influi, também, na produção, prejudicando os grãos em crescimento ou maturação, explicando-se, assim, a baixa produção que realmente se segue a um ano de forte colheita.

As geadas foram responsáveis pela baixa produção cafeeira nos anos de 1902, 1919 (geada de 1918), 1932, 1953 e 1954, ano em que foram duramente atingidos os cafeeiros paranaenses.

O período entre 1928 e 1934, mostra uma série de quedas e subidas na produção; em 1920, plantações novas de cafeeiros paulistas existiam numa linha ligando os municípios de Ribeirão Preto e Araraquara; continuando a ocupar as manchas de terra rocha, os cafeeiros em 1940, ganharam o oeste paulista e se extravasaram para o norte do Paraná, atingindo municípios próximos ao rio em 1950. Nos anos que correspondem à segunda grande guerra, a curva do café exportável é descendente; começa a subir em 1946, quando já se faz sentir a importância da produção paranaense e a de velhas áreas paulistas que receberam novos cafezais. Neste período a queda de 1951 assinalou a fixação de um preço máximo para o café.

I.B.G.E.
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA

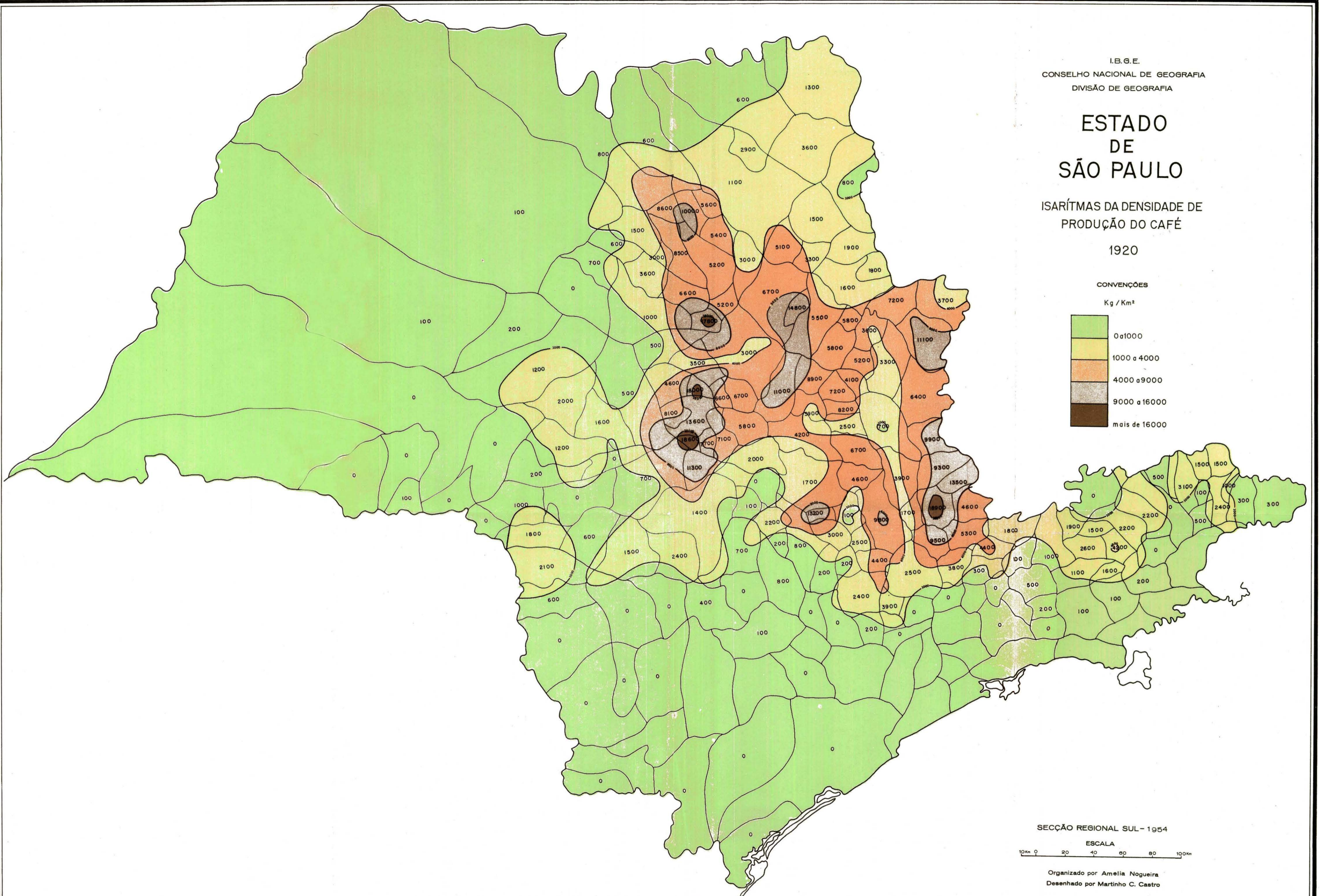
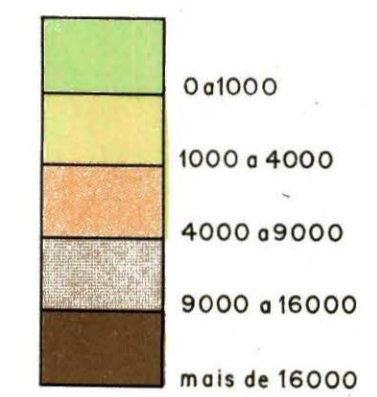
ESTADO DE SÃO PAULO

ISARÍTMAS DA DENSIDADE DE
PRODUÇÃO DO CAFÉ

1920

CONVENÇÕES

Kg / Km²



SECÇÃO REGIONAL SUL - 1954
ESCALA
10km 0 20 40 60 80 100km

Organizado por Amelia Nogueira
Desenhado por Martinho C. Castro

Fig. 7

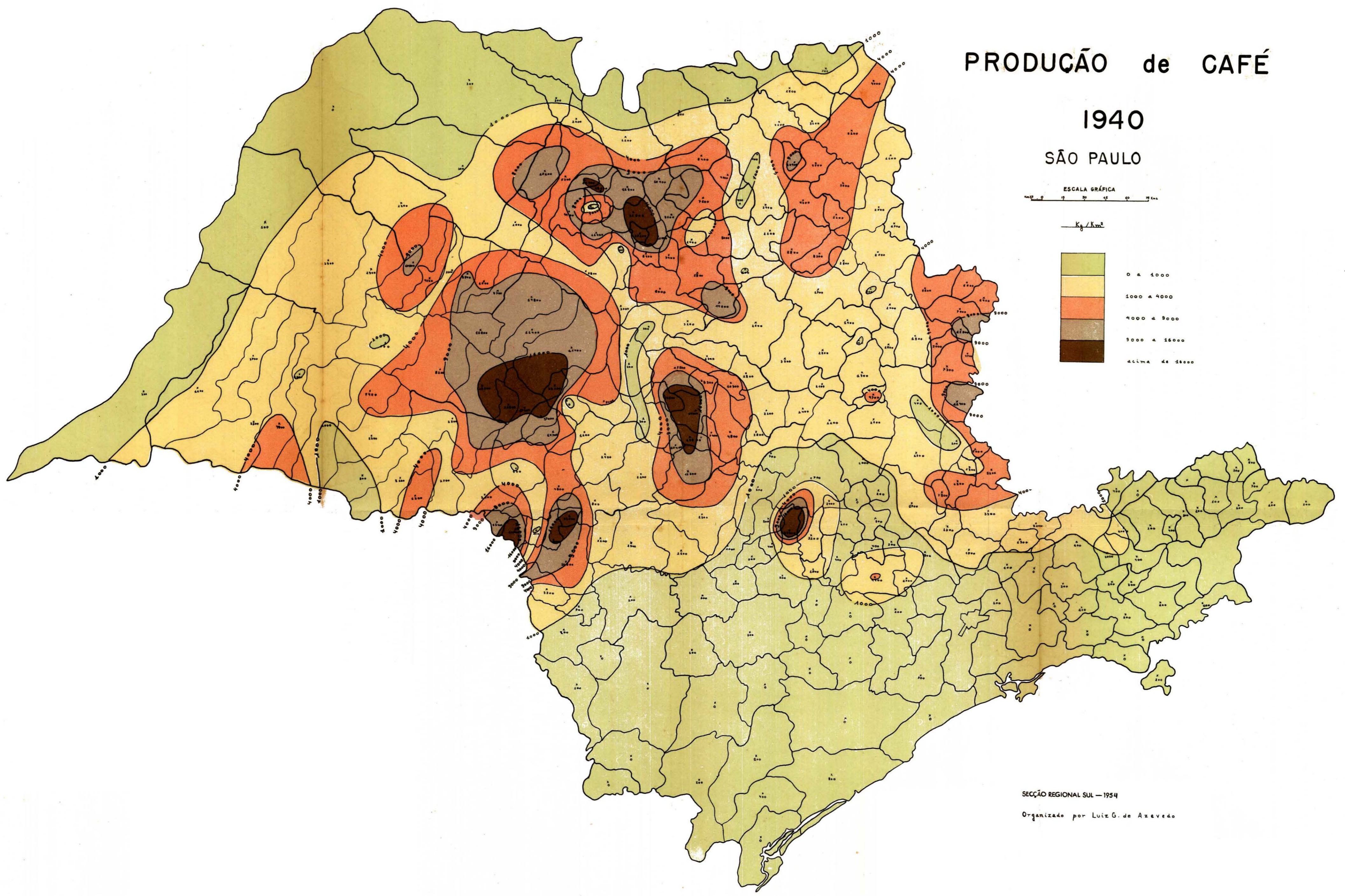
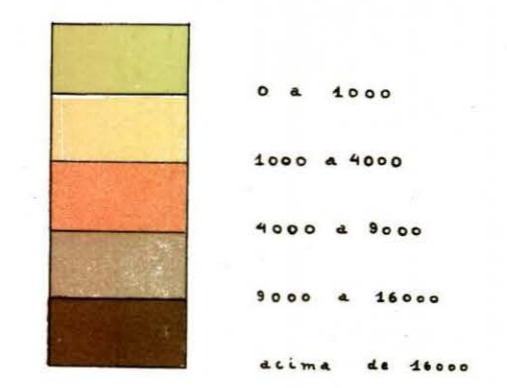
PRODUÇÃO de CAFÉ

1940

SÃO PAULO

ESCALA GRÁFICA

Kg/Km²



SECÇÃO REGIONAL SUL — 1954

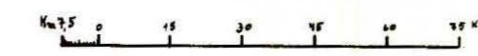
Organizado por Luiz G. de Azevedo

PRODUÇÃO de CAFÉ

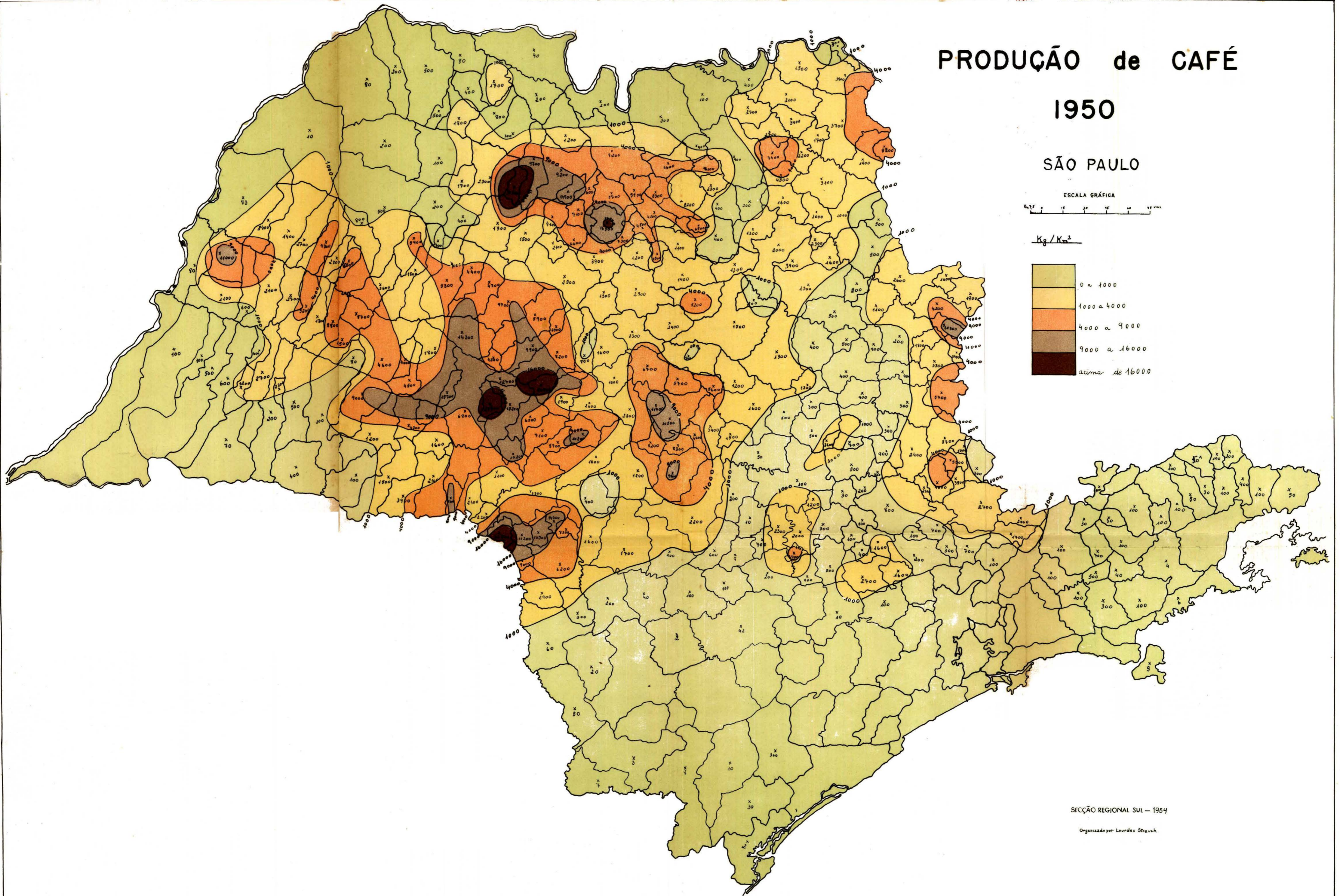
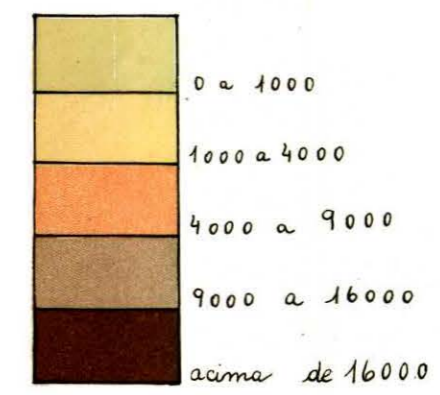
1950

SÃO PAULO

ESCALA GRÁFICA



Kg / Km^2



SECÇÃO REGIONAL SUL — 1954

Organizado por Lourdes Struch



Fig. 11 — Região de topografia ondulada e solos derivados do trapp no município de Arapongas, norte do Paraná. Cafézais de várias idades descem as encostas onde se localizam de preferência as sedes das propriedades. Raramente eles aparecem no fundo dos vales onde as geadas se formam com maior frequência.

(Foto Tibor Jablonsky — CNG)

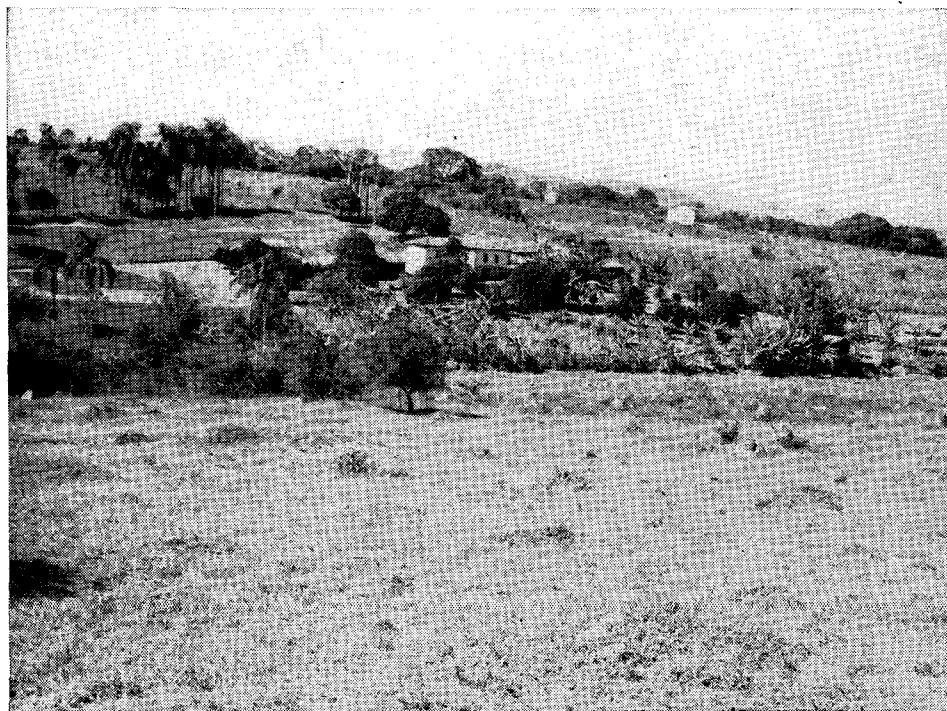


Fig. 12 — Sede de fazenda em Santo Antônio do Amparo, na zona oeste de Minas Gerais. Nesta fazenda cultivam-se o café (notar o terreiro destinado à secagem dos grãos) e produtos de subsistência, principalmente a cana-de-açúcar; algumas áreas são reservadas às pastagens, como a que se vê no primeiro plano da fotografia.

(Foto Tibor Jablonsky — CNG)



Fig. 13 — Cafézal novo da fazenda Bom Retiro, no município de Boituva, na linha da Estrada de Ferro Sorocabana. Nessa região, na qual aparecem com frequência as terras roxas, o café é uma das principais atividades agrícolas.

(Foto Tibor Jablonsky — CNG)



Fig. 14 — “Quebra do cacau”, na região produtora do sul da Bahia. Os frutos são partidos obliquamente, por meio de facas apropriadas, a fim de que se possa retirar as sementes.

(Foto Tomas Somlo — CNG)